



EDITAL Nº 80/2017 DE CHAMADA PÚBLICA Nº 09/2017

O **MUNICÍPIO DE BIRIGUI**, no uso de suas prerrogativas legais e, considerando o que dispõe a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas atualizações e demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à espécie, comunica, através da Secretaria Municipal de Saúde, aos interessados que está procedendo à **CHAMADA PÚBLICA Nº 09/2017** destinada ao **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS (COM OU SEM FINS LUCRATIVOS) INTERESSADAS EM FIRMAR COM O MUNICÍPIO DE BIRIGUI CONTRATO DE CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PRORROGÁVEIS POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS.**

DATA, LOCAL E HORA DA RECEPÇÃO DOS ENVELOPES: Os interessados em participar da presente licitação deverão apresentar 02 (dois) envelopes separados, devidamente fechados: Habilitação e da Proposta de Preços às **13:30h do dia 20 de novembro de 2017**, na Secretaria Municipal de Saúde de Birigui, situada no Largo Gumerindo de Paiva Castro, s/n, Centro, na cidade de Birigui, Estado de São Paulo.

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente Chamada Pública consiste no **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS (COM OU SEM FINS LUCRATIVOS) INTERESSADAS EM FIRMAR COM O MUNICÍPIO DE BIRIGUI CONTRATO DE CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS.**

1.2. A quantidade mensal a ser realizada é de 30.000 (trinta mil) exames, de forma estimada e aproximada à realidade atual da demanda, gerando um valor correspondente a R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) / mês.

1.2.1. Do valor acima, dividir-se-á seu total (mensal) em quotas iguais para cada empresa credenciada, devendo esta(s) realizar(em) os exames segundo a demanda exigida, até o montante que faz jus mensalmente, salvo hipótese da cláusula 20.4 deste Edital.

1.3. Os valores dos exames a serem praticados considerarão o praticado pela Tabela do Sistema Único de Saúde - SUS.

2. DA APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE:

2.1. Os interessados em participar desta Chamada Pública, deverão apresentar os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** e a **PROPOSTA FINANCEIRA** em 02 (dois) envelopes distintos, devidamente lacrado (colado), indevassáveis e identificados, no dia e hora mencionado no preâmbulo deste Edital.

2.2. Cada um dos ENVELOPES deverá ser identificado conforme modelo de etiquetas contidos no item 2.7, e devem ser entregues fechados, na sessão pública a ser realizada na data indicada no preâmbulo



deste EDITAL.

2.3. Os ENVELOPES 1 e 2 deverão ser apresentados separadamente, em vias encadernadas/grampeadas, com todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente, inclusive as folhas de separação, catálogos, desenhos ou similares, se houver, não sendo permitidas emendas, rasuras ou ressalvas.

a) Os documentos integrantes dos envelopes 1 e 2 deverão ser apresentados em uma via;

b) Cada envelope deverá conter a identificação citada no item 2.7.

c) Os documentos deverão ser apresentados em sua forma original ou sob qualquer forma de cópia, desde que devidamente autenticada e perfeitamente legível. Não haverá autenticação de documentos pelos servidores.

2.4. Havendo divergência entre os valores numéricos e aqueles apresentados por extenso nos documentos da proposta apresentada pela Empresa Proponente, prevalecerão os últimos.

2.5. Não serão aceitas, posteriormente à entrega dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA FINANCEIRA, complementações sob alegação de insuficiência de dados ou informações, salvo aquelas necessárias ao saneamento de falhas, ou, ainda, de correções de caráter formal no curso do procedimento.

2.6. Os documentos deverão ser apresentados em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, bem como, também não serão aceitos documentos em idioma estrangeiro.

2.7. Sugerimos fazer constar na sua parte externa, a seguinte inscrição:

ENVELOPE 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

AO MUNICÍPIO DE BIRIGUI

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º -----/2017 – CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS (COM OU SEM FINS LUCRATIVOS) INTERESSADAS EM FIRMAR COM O MUNICÍPIO DE BIRIGUI CONTRATO DE CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS.

PROPONENTE: (Razão Social da proponente).

CNPJ n.º: (da proponente)

Endereço: (completo) **Telefone, Fax e e-mail:** (informar todos os dados).

ENVELOPE 2 – PROPOSTA FINANCEIRA

AO MUNICÍPIO DE BIRIGUI

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º -----/2017 – CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS (COM OU SEM FINS LUCRATIVOS) INTERESSADAS EM FIRMAR COM O MUNICÍPIO DE BIRIGUI CONTRATO DE CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS.

PROPONENTE: (Razão Social da proponente).

CNPJ n.º: (da proponente)

Endereço: (completo) **Telefone, Fax e e-mail:** (informar todos os dados).



2.8. A PROPOSTA FINANCEIRA deverá ser apresentada no envelope 2 em uma única via, assinada pelo responsável legal, onde deverá constar a concordância da proponente em atender ao objeto licitado e seus anexos, pelo prazo estabelecido, ofertando como proposta de valor os preços praticados pela Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde – SUS, nos termos do anexo IX.

2.9. A análise da PROPOSTA FINANCEIRA pela Comissão visará ao atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo desclassificadas e reprovadas as Propostas que apresentem preço diferente da Tabela Unificada de Procedimentos SIA/SUS do Ministério da Saúde.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

3.1. Estão impedidas de participar desta Chamada Pública, pessoas jurídicas:

3.1.1. Estrangeiras que não funcionem no País.

3.1.2. Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.1.3. Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, e suas alterações posteriores.

3.1.4. Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei Federal n.º 10.520/02.

3.1.5. Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

3.1.6. Enquadradas nas proibições do artigo 9º da Lei Federal n.º 8.666/93.

3.2. A participação no presente processo se dará através de representante legal presente durante a sessão, devidamente credenciado, que portar o envelope de Habilitação, observada data e horário preestabelecidos, sendo todos os atos consignados em ata própria.

3.3. As condições 3.1.3 a 3.1.5 serão interpretadas conforme a súmula nº 51, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

4. DO CREDENCIAMENTO NA SESSÃO:

4.1. Instrumento público ou particular de procuração, pelo qual o interessado tenha outorgado poderes ao credenciado para representá-la em todos os atos da Chamada Pública, em especial para interpor recurso ou desistir do direito de recorrer.

4.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores – (última ata de eleição).

4.2.1. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

4.3. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, sob pena da exclusão sumária dos representados.

4.4. Os documentos supramencionados poderão ser apresentados no **ORIGINAL** ou por qualquer processo de **CÓPIA AUTENTICADA** por Cartório competente e serão retidos para oportuna juntada aos autos do presente processo administrativo.



4.5. Será admitido apenas um representante para cada empresa interessada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma Empresa.

4.6. A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão do Empresa interessada por ele representada, salvo autorização expressa da Comissão.

4.7. Declarações feitas posteriormente, exceto se solicitadas pela Secretaria Municipal de Saúde, não serão levadas em consideração.

4.8. À Comissão caberá o julgamento da legalidade, qualidade e suficiência dos documentos e informações apresentados pelos interessados, podendo, a seu critério, a qualquer tempo, solicitar esclarecimentos complementares, estabelecer prazos adequados para seu atendimento, bem como realizar verificações “in loco”.

4.9. O interessado que não apresentar os esclarecimentos no prazo estipulado pela Comissão, será eliminado do processo.

5. DOS ANEXOS:

5.1. São partes integrantes do presente Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I – Tabela de Exames e Preços.

ANEXO II - Formulário de Credenciamento.

ANEXO III - Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

ANEXO IV – Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação.

ANEXO V – Declaração Conjunta.

ANEXO VI – Minuta do Contrato.

ANEXO VII - Termo de Ciência e Notificação.

ANEXO VIII – Cadastro do Responsável.

ANEXO IX – Modelo de Proposta Financeira.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

O envelope dos “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO” deverá conter os documentos que comprovem a habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira e a regularidade fiscal e a Declaração de Inexistência de Fato Superveniente, conforme **ANEXO III**.

6.1. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, conforme o caso, consistirá em:

6.1.1. Cédula de Identidade (em se tratando de Firma Individual).

6.1.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

6.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores – (última ata de eleição).

6.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova de



diretoria em exercício.

6.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

SE OS DOCUMENTOS REFERENTES AOS SUBITENS 6.1.1 A 6.1.5 FOREM APRESENTADOS PARA O CREDENCIAMENTO NA SESSÃO, NÃO HAVERÁ NECESSIDADE DE NOVA APRESENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO.

6.1.6. Declaração firmada pelo representante legal da empresa, sob as penas da lei, de que a licitante não possui em seu quadro de colaboradores, empregados que se enquadrem nas situações previstas no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, conforme **ANEXO V**.

6.2. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL** consistirá em:

6.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica relativa ao domicílio ou sede do proponente, pertinente e compatível com o objeto desta Chamada Pública.

6.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da Chamada Pública.

6.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei. A prova de regularidade deverá ser atendida pela apresentação dos seguintes documentos:

6.2.3.1. Certidão de regularidade para com a Fazenda Federal (certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União) juntamente com a regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por lei, junto à Previdência Social, expedidas em conjunto pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional em conformidade com a Portaria MF 358/2014, sendo aceito documento extraído via INTERNET.

6.2.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com a prestação do serviço.

6.2.3.3. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos municipais relacionados com a prestação licitada, com apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa.

6.2.3.3.1. Caso o Proponente tenha sede em outro Município e esteja cadastrada também como contribuinte no município de Birigui- SP, deverá apresentar a prova de regularidade mencionada no item 6.2.3.3 também para com o município de Birigui – SP.

6.2.3.4. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade.

6.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos moldes da Lei Federal n.º 12.440/2011, podendo ser apresentada Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos da CNDT, conforme disposto no §2º, do artigo 1º do mesmo diploma legal.



6.3. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

6.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede (matriz ou filial) da proponente, com prazo de expedição inferior a 90 (noventa) dias da data de abertura dos envelopes desta chamada

6.3.1.1. Encontrando-se a empresa em fase de recuperação judicial, para fins de participação deverá apresentar Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, nos termos da súmula nº 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

6.4. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.4.1. Comprovante de Cadastramento e Situação Cadastral do estabelecimento junto ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES do Ministério da Saúde, nos moldes da legislação vigente.

6.4.2. Alvará Sanitário emitido pela Vigilância Sanitária, nos moldes da legislação vigente.

6.4.3. Alvará de localização e funcionamento regular emitido pela Secretaria de Finanças, nos moldes da legislação vigente.

6.4.4. Comprovação do vínculo empregatício do responsável técnico, responsável pelos procedimentos de diagnóstico em laboratório clínico, que deverá ser feita nos moldes da Súmula nº 25 do Tribunal de Conta do Estado de São Paulo.

6.4.4.1. Se tratar-se de profissional empregado da empresa deverá ser apresentada cópia autenticada do registro em Carteira de Trabalho ou da ficha de registro de empregados autenticada pela DRT – Delegacia Regional de Trabalho.

6.4.4.2. Se tratar-se de profissional Sócio, Diretor ou Proprietário, deverá ser apresentada cópia autenticada do Contrato Social e suas modificações em vigor ou da última ata de eleição da diretoria, devidamente registrada no órgão competente.

6.4.4.3. Se tratar-se de profissional autônomo que presta serviços à proponente mediante contrato de prestação de serviços, deverá ser apresentada cópia autenticada do contrato em vigor.

6.4.4.4. O profissional responsável técnico deverá comprovar registro no conselho regional pertinente de sua categoria.

6.4.5. Deverá a empresa apresentar atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para execução dos serviços objeto deste certame, conforme o art. 30, §4º da Lei Federal nº 8666/93.

6.5. As declarações, cujos modelos se encontram nos Anexos deste Edital deverão ser firmadas pelo representante legal da empresa/entidade interessada e juntada aos documentos acima referidos.

6.6. No caso de entidades filantrópicas, deverá ser juntada ainda a Certidão de Entidade Beneficente



de Assistência Social atualizada e emitida pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

6.7. Todos os documentos necessários à Habilitação deverão estar dentro do prazo de vigência de validade e serem apresentados no ORIGINAL ou por qualquer processo de CÓPIA AUTENTICADA por Cartório competente e serão retidos para juntada aos autos do presente processo administrativo.

6.8. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das Propostas.

6.9. Os documentos mencionados acima deverão referir-se exclusivamente ao estabelecimento da proponente (matriz ou filial), ressalvada a hipótese de centralização de recolhimento de tributos e contribuições pela matriz, que deverá ser comprovada por documento próprio, e estarem vigentes à época da apresentação do envelope contendo a documentação.

6.10. A empresa interessada se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas Propostas inseridas durante a sessão pública.

6.11. Iniciada a abertura do primeiro envelope de documentação, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

7. DA ALTERAÇÃO, SUSPENSÃO E DESCRENCIAMENTO

7.1. Durante a vigência do cadastramento, o credenciado deverá cumprir contínua e integralmente o disposto neste edital e nos termos contratuais que celebrar com a Secretaria Municipal de Saúde de Birigui.

7.2. A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro do inscrito que deixar de satisfazer as exigências do art. 27 da Lei 8666/93, garantido o contraditório e ampla defesa.

7.3. O credenciado poderá solicitar o seu descadastramento, nos termos definidos no Anexo VI – Minuta de Contrato.

8. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DO ENVELOPE:

8.1. O recebimento e abertura do envelope de habilitação será realizado em ato público, do qual se lavrará ATA circunstanciada pela Comissão, a qual, juntamente com os representantes das proponentes presentes, rubricará toda a documentação.

9. DA ABERTURA E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO:

9.1. A abertura do envelope será realizada da seguinte forma:

9.1.1. Será analisado o **DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO** das proponentes.

9.1.1.1. A Comissão analisará a documentação apresentada e habilitará ou inabilitará as empresas que atenderem ou não atenderem os requisitos de habilitação.

9.1.2. A proponente que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos neste Edital ou apresentá-los de maneira incompleta, será considerada inabilitada.

9.2. Na sessão pública, a Comissão, procederá a abertura do “**DOCUMENTO DE**



HABILITAÇÃO”, rubricando o seu conteúdo, o que deverá ser feito também por todos os presentes devidamente credenciados.

9.3. A Comissão Especial formada ao término dos trabalhos de análise dos documentos publicará, nas formas da legislação vigente, o resultado final do credenciamento.

10. DOS RECURSOS:

10.1. Dos atos da Administração decorrentes desta Chamada Pública caberá recurso nos estritos termos do artigo 109 da Lei Federal n.º 8.666/93, devendo ser observado o procedimento legal.

10.2. O prazo recursal será contado a partir da data da ciência inequívoca por parte de todas as proponentes, sendo que:

10.2.1. As proponentes poderão desistir da interposição de recurso.

10.2.2. Não havendo concordância quanto à desistência de interposição de recurso, o prazo será contado já a partir da data da própria sessão de julgamento do conteúdo do envelope, caso todas as proponentes estejam presentes ou representadas.

10.2.3. Se ausente alguma das proponentes na sessão de julgamento dos conteúdos dos envelopes, o resultado dessa análise será divulgado por meio de publicação no Diário Oficial do Município, e, a partir da data dessa publicação, se iniciará o prazo recursal.

10.3. No caso de abertura de prazo recursal referente à documentação de habilitação, decididos os recursos ou transcorrido o prazo para a sua interposição, o processo terá prosseguimento com consequente Homologação.

10.4. Será franqueada aos interessados, desde a data do início do prazo para interposição de recursos até seu término, vista aos autos do processo desta Chamada Pública, em local e horário a serem indicados pela Comissão.

10.5. O recurso será endereçado, em **ORIGINAL** ou através de **CÓPIA AUTENTICADA**, à própria Comissão Especial e protocolado junto a **Secretaria Municipal de Saúde** sito no Largo Gumercindo de Paiva Castro, s/n, Centro, na cidade de Birigui, Estado de São Paulo. Os recursos deverão ser acompanhados de documentação comprobatória que demonstre a representatividade do representante legal que assinou os mesmos.

11. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO:

11.1. Decorrido o prazo para julgamento de eventuais recursos, ou, ainda, caso todas as proponentes tenham desistido de sua interposição, ou, enfim, julgados os recursos apresentados, dar-se-á o encaminhamento dos autos da Chamada Pública à autoridade competente visando à homologação do procedimento e adjudicação de seu objeto.

12. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DE SUA ASSINATURA:

12.1. Será firmado o Contrato de Prestação de Serviços que terá **prazo de vigência de 12 (doze) meses**, após assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério do **MUNICÍPIO DE BIRIGUI**, até o limite disposto no inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93.

12.2. As proponentes serão convocadas para assinarem o contrato que advirá desta Chamada Pública, nas condições estabelecidas no presente edital e em seus respectivos anexos.



12.3. A proponente deverá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de convocação, comparecer junto ao **MUNICÍPIO DE BIRIGUI** para assinatura do contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas na presente Chamada Pública e na legislação pertinente.

12.3.1. O não comparecimento da proponente no prazo supramencionado ensejará na aplicação de multa prevista no presente edital de Chamada Pública.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE:

13.1. Prestar os serviços objeto da presente Chamada Pública conforme especificações deste edital e seus anexos e de acordo com o estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde e em consonância com a legislação pertinente e em compatibilidade com sua proposta de preço.

13.2. A mão de obra a ser empregada na execução dos serviços será de inteira responsabilidade da proponente, devendo, ainda, ser de primeira qualidade, de modo a se observar acabamentos esmerados e de inteiro acordo com as especificações técnicas do edital.

13.3. A proponente deverá fornecer a pedido da fiscalização, a qualquer momento, todas as informações relativas à execução dos serviços, sem que tal atitude implique em responsabilidade da fiscalização sobre a ação da mesma.

13.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de Habilitação e qualificação exigidas na Chamada Pública, além daquelas pertinentes a legislação trabalhista, exibindo periodicamente, a critério da Secretaria Municipal de Saúde, os comprovantes dos recolhimentos dos impostos e encargos decorrentes.

13.5. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI.

13.6. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

13.7. Arcar com todas as despesas necessárias para a prestação dos serviços, tais como: mão de obra, pagamento de seguros, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

13.8. Estar ciente das condições do credenciamento, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

13.9. A proponente não poderá cobrar do usuário, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato, **salvo àqueles que não se encontram descritos na Tabela de Preços praticados pelo SUS – Sistema Único de Saúde**, os quais poderão ser taxados pela proponente, mediante prévia informação ao usuário.

13.10. Não se enquadra nos serviços relativos a este contrato o serviço de coleta domiciliar de amostras, o qual poderá ser taxado pela proponente diante das despesas de locomoção, transporte, armazenamento, etc., e desde que informado ao usuário previamente o valor da despesa gerada, excetuando no valor desta taxa a despesa com o exame, que estando dentro do rol da Tabela SUS será arcada pelo Município.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



13.11. A proponente responsabilizar-se-á por cobrança indevida, feita ao usuário ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste contrato.

13.12. A proponente deverá manter controle bem elaborado da quantidade de exames já realizados no período a fim de evitar risco de ultrapassar a sua quota mensal.

13.13. Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI sobre a execução do objeto deste contrato, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI e a proponente reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde, decorrente da Lei nº 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde) ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo específico, ou de notificações dirigida à proponente.

13.14. É de responsabilidade exclusiva e integral da proponente a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI ou para o Ministério da Saúde, e ainda, a prestação dos serviços ora contratados não implica vínculo empregatício, nem exclusividade de colaboração entre PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI e a proponente.

13.15. A proponente fica exonerada da responsabilidade pelo não atendimento de usuário amparado pelo Sistema Único de Saúde, na hipótese de atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pelo Poder Público, ressalvado as situações de calamidade pública ou grave ameaça de ordem interna ou as situações de urgência ou emergência.

13.16. Para o cumprimento do objeto deste contrato a proponente se obriga a oferecer ao usuário todo o recurso necessário ao seu atendimento.

13.17. A proponente deverá fornecer todos os equipamentos necessários para a realização das consultas e procedimentos objeto deste contrato.

13.18. A proponente deverá notificar a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança de sua Diretoria, contrato ou estatuto, enviando à PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI no prazo de 60 (sessenta) dias, contatos a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

13.19. A proponente fica obrigada a manter atualizado o CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, principalmente em relação aos equipamentos existentes ou adquiridos disponíveis para atendimento do Sistema Único de Saúde e os profissionais de nível superior.

13.20. A proponente é responsável pela indenização de dano causado ao usuário, município de Birigui e a terceiros a eles vinculados, decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado o direito de regresso.

13.21. A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do artigo 14 da Lei nº 8078, de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor).

13.22. Para os serviços de análise realizados no próprio laboratório a proponente deverá



disponibilizar o resultado dentro de um prazo máximo de até 03 (três) dias úteis da data da coleta, salvo motivo plenamente justificado e aceito pela municipalidade que faça demandar prazo maior.

13.23. Para os serviços de análise que necessitam envio externos aos laboratórios de apoio de outras localidades, o prazo para disponibilização do resultado deverá ser de no máximo 10 (dez) dias úteis contados da data da coleta, salvo motivo plenamente justificado e aceito pela municipalidade que faça demandar prazo maior.

13.24. A proponente deverá disponibilizar ao usuário o resultado por meios eletrônicos (internet), porém, devendo obrigatoriamente orientá-los da opção de se obter de forma impressa, fornecendo a todos que assim o requerer.

13.25. Os resultados dos exames também deverão estar disponíveis por meios eletrônicos (internet) a todas as unidades de Saúde do Município, por meio de uma senha única, a fim de facilitar o controle da municipalidade e dos responsáveis da saúde, visando agilidade em atendimentos que demandam checagem do histórico do paciente, bem como evitar que exames sejam realizados em duplicidade por duas ou mais credenciadas a pedido do paciente.

13.26. A disponibilização de uma senha única deverá habilitar todos órgãos de saúde a visualizar todos resultados, ficando a cargo de todas unidades de saúde a responsabilidade pela privacidade dos dados, isentando as credenciadas de qualquer ônus acerca da liberação das informações.

14. DAS RESPONSABILIDADES, ATRIBUIÇÕES E DIREITOS DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI.

14.1. Constitui responsabilidade e direito da PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI intervir, nas hipóteses previstas em lei, quando necessário, a fim de assegurar a regularidade e o fiel cumprimento do Edital e seus anexos e das normas legais pertinentes.

14.2. Compete à PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI conferir os serviços através da fiscalização pela sua qualidade e quantidade.

14.3. Os serviços fora das especificações e condições estabelecidas serão recusados, sendo exigida a sua reparação.

14.4. Efetuar os pagamentos na data e forma pactuadas, em conformidade com as disposições editalícias.

14.5. Comunicar à proponente toda e qualquer ocorrência relacionada com o material, mão de obra, equipamentos e acessórios utilizados na execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigirem providências corretivas.

15. DA FISCALIZAÇÃO:

15.1. Em atenção ao art. 67, da Lei Federal nº 8666/93, ficam definidos como gestores os servidores nomeados pela Secretaria Municipal de Saúde, lotados na Secretaria de Saúde, ou outros que venham a substituí-los para fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:



16.1. Sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993, o credenciado habilitado ficará sujeito as seguintes penalidades:

16.1.1. Mera Advertência, por escrito;

16.1.2. Advertência por escrito com informação sobre a possibilidade da sanção de descredenciamento;

16.1.3. Descredenciamento.

16.2. Das sanções acima poderão vir cumulados, quando for o caso, ressarcimento aos usuários, acompanhantes e/ou Município de eventuais prejuízos que possa ocorrer por seu ato doloso ou culposos.

16.3. São exemplos e motivos para aplicação das sanções acima, entre outras:

16.3.1. não cumprimento das obrigações assumidas por seu credenciamento:

16.3.2. quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade e sanáveis sem prejuízo para a Administração Municipal, para as quais tenha concorrido diretamente;

16.3.3. descumprimento de alguma cláusula deste Edital com prejuízo para a Administração Municipal;

16.3.4. detecção pela Municipalidade de resultados errôneos ou com divergência que demonstre uma disparidade gritante e aviltante com os padrões normais;

16.3.5. reiteradas reclamações de usuários contra o atendimento efetuado pela Credenciada, quanto aos aspectos de agilidade, respeito, cordialidade, orientação, atenção, e demais exigidos para execução dos serviços.

16.3.6. não antedimento do prazo de entrega dos resultados nos termos estabelecidos pelo Município;

16.3.7. cobrança de valores ou exigências fora dos padrões estabelecidos para execução dos serviços.

16.4. As sanções deverão ser sopesadas e aplicadas de forma compatível com o ato danoso, e sempre que possível ser de forma graduada da mais branda a mais onerosa à Credenciada, observado o direito ao contraditório e ampla defesa.

16.5. Quando a Credenciada sofrer sanção que implique em seu descredenciamento, às demais empresas/instituições que permanecerem contratadas com a Municipalidade será realizada nova divisão do valor da quota.

16.6. O descumprimento de obrigações assumidas em virtude do presente contrato sujeitará a Contratada às sanções e procedimentos previstos na legislação vigente e regulamentados no Decreto Municipal nº 5.385/2.015, cujo teor se encontra disponível no sítio virtual < www.birigui.sp.gov.br >, menu "Legislação", bem como neste instrumento contratual.

16.7. A recusa injustificada em assinar o contrato, por parte da licitante vencedora convocada para esse fim, caracterizará o total descumprimento da obrigação assumida, e sujeitará a infratora à suspensão de



seu direito de participar de procedimentos licitatórios e ao impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI por prazo não inferior a 02 (dois) anos.

16.8. As penalidades são independentes entre si e a aplicação de uma não exclui a das outras sendo que o total das multas não poderá exceder o montante de 20% do valor do contrato a ser firmado.

17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

17.1. A Prefeitura de Birigui fará o pagamento à Credenciada mensalmente, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, mediante apresentação de relatório de todos os exames executados e respectiva nota fiscal/fatura, devidamente assinada pelo requisitante, onde deverá constar: descrição do objeto, número do respectivo empenho de acordo com Ordem de Serviço, além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

17.1.1. Para agilidade da conferência do quantitativo, a Credenciada encaminhará a cada 10 (dez) dias de serviço realizados um relatório com os exames e suas guias correspondentes, que será analisado pelo Setor correspondente da Prefeitura.

17.1.2. Com os três relatórios no mês, totalizando os 30 (trinta) dias de serviços executados, e aprovação dos serviços pela Municipalidade, a Credenciada emitirá a referida nota fiscal/fatura para recebimento dos serviços, que não poderá ultrapassar o montante de sua quota mensal, para recebimento no prazo acima assinalado.

17.2. A Credenciada deverá apresentar relatórios com a periodicidade e o formato definidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI que demonstrem de forma quantitativa e qualitativa o cumprimento do objeto do contrato.

18. DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS SOBRE O CHAMAMENTO:

18.1. Todas as informações, esclarecimentos e elementos relativos a esta Chamada Pública e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão atendidas exclusivamente quando a solicitação for efetuada por escrito, devendo ser encaminhadas à Comissão e protocolada na Secretaria Municipal de Saúde, sito no Largo Gumercindo de Paiva Castro, s/n, Centro, na cidade de Birigui, Estado de São Paulo, no prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para o recebimento dos envelopes, dentro do horário normal de expediente 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00, sem efeito suspensivo.

18.1.1. A consulta como critério de aceitabilidade, deverá ser encaminhada em papel timbrado ou identificado, em **ORIGINAL** ou através de **CÓPIA AUTENTICADA**, onde figure claramente o nome completo e endereço de seu formulador, devendo ser assinada pelo representante legal da empresa consulente e endereçada à Comissão, acompanhada de documentação comprobatória da representatividade.

18.1.2. Não serão respondidas solicitações anônimas.

18.2. A Comissão responderá por escrito às questões pertinentes à Chamada Pública, assessorando-se das áreas técnicas quando necessário, sendo que a cópia do ofício será juntada no respectivo processo da Chamada Pública, após ter sido encaminhado para ciência da consulente e disponibilizado às demais proponentes no sítio oficial do **MUNICÍPIO DE BIRIGUI** (www.birigui.sp.gov.br).

18.3. Não será levada em consideração nenhuma solicitação verbal, quer seja consulta, pedido de esclarecimento, reclamação ou entendimento técnico.



18.4. Caso não venha a ser formulado pelas empresas interessadas nenhum pedido de informação ou de esclarecimento, pressupõe-se que os elementos contidos no edital são suficientemente claros e precisos, não cabendo posteriormente o direito a qualquer reclamação, seja a que título for.

18.5. Os esclarecimentos prestados e as respostas às consultas serão disponibilizados na página oficial do município, sendo de responsabilidade dos proponentes e interessados o acompanhamento.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

19.1. As despesas com os serviços realizados correrão pela(s) ficha(s) nº 463 (fonte 1) e 464 (fonte 5).

20. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

20.1. À empresa credenciada, quando se fizer necessário por impossibilidade técnica/operacional, poderá subcontratar os serviços de realização exames junto a laboratórios de apoio, ficando à sua expensas essa subcontratação, devendo respeitar as condições de preços atribuídos quando da contratação.

20.2. Os serviços contratados estão referidos a uma base territorial e populacional da cidade de Birigui e serão ofertados com base nas indicações técnicas do planejamento da Secretaria de Saúde de Birigui, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros da PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI.

20.3. Mediante Termo Aditivo, e de acordo com a capacidade operacional da CONTRATADA e as necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI, as empresas Credenciadas deverão reavaliar a demanda reprimida, após o que poderão fazer acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) nos valores limites deste contrato, durante o período de sua vigência incluída as prorrogações, mediante justificativa aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde.

20.4. A licitante vencedora deverá possuir locais de execução dos exames em sede própria ou filial dentro do perímetro urbano desta municipalidade e esteja legalmente habilitada para tal função.

20.5. O interessado no credenciamento obrigatoriamente deve ter sede ou filial no município de Birigui-SP com CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas em Birigui, sendo vedada a participação de interessados apenas com sala ou posto de coleta em Birigui.

20.6. Fica permitido ao interessado credenciado que tenha sede ou filial no município de Birigui com CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas em Birigui a instalação de Postos de Coleta em atendimento à Rede de Laboratórios Clínicos instituídos pela Portaria SAS nº 788, de 23 de outubro de 2002 e que sua Estrutura Física atenda a RDC 50/2002 ANVISA/MS.

20.7. Caso o interessado credenciado não possua estabelecimento dentro do perímetro urbano desta municipalidade, deverá providenciar suas instalações no prazo de 30 dias, a contar da homologação do certame, emitindo declaração de compromisso neste sentido, e juntá-la no envelope Documentos de Habilitação.

21. DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL:

21.1. A interposição de eventuais impugnações ao edital deverá observar o disposto no art. 41, §§ 1º



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



e 2º, da Lei Federal n.º 8.666/93, devendo ser encaminhadas à Comissão, e protocolada junto a Secretaria Municipal de Saúde, sito no Largo Gumercindo de Paiva Castro, s/n, Centro, na cidade de Birigui, Estado de São Paulo.

21.1.1. Será franqueada aos interessados, desde a data do início do prazo para interposição de impugnações até seu término, vista aos autos do processo desta Chamada Pública, em local e horário a serem indicados pela Comissão.

21.1.2. Para efeitos de contagem do prazo para impugnação será considerada proponente toda e qualquer empresa que, tendo ou não retirado o edital, possua condições de atender o objeto Contratado.

21.1.3. Qualquer cidadão é parte legítima para apresentar impugnação à presente Chamada Pública, devendo protocolizar seu pedido em até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, sendo que, neste caso, a resposta à impugnação será encaminhada em até 03 (três) dias úteis.

21.1.4. Os demais casos de impugnação obedecerão aos procedimentos e prazos estipulados no art. 41, da Lei Federal n.º 8.666/93.

21.2. A interposição de impugnação por proponente não a impedirá de participar da Chamada Pública.

21.3. A impugnação, como critério de aceitabilidade deverá ser encaminhada em papel timbrado ou identificado, em **ORIGINAL** ou através de **CÓPIA AUTENTICADA**, onde figure claramente o nome completo e endereço de seu formulador, devendo ser assinada pelo representante legal da empresa consulente e endereçada à Comissão, acompanhada de documentação comprobatória da representatividade.

21.3.1. Serão aceitas impugnações por intermédio de “fac-símile – (18) 3642-2215” ou e-mail (secsaude@birigui.sp.gov.br) ficando a validade do procedimento condicionada à apresentação do **ORIGINAL** ou da **CÓPIA AUTENTICADA** por cartório competente, no prazo máximo de 01 (um) dia útil subsequente e dentro do horário de expediente do **MUNICÍPIO DE BIRIGUI** (horário).

21.4. As respostas às impugnações serão disponibilizadas na página do sítio virtual www.birigui.sp.gov.br, sendo de responsabilidade da proponente e dos interessados o acompanhamento.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

22.1. A Administração poderá, a qualquer momento, revogar a presente Chamada Pública por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado (art. 49, caput, Lei Federal n.º 8.666/93).

22.2. É facultada à Comissão ou à autoridade superior, em qualquer fase desta Chamada Pública, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente dos documentos de habilitação.

22.3. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as proponentes.

22.4. Antes do aviso oficial do resultado desta Chamada Pública os interessados para obter informações deverão aguardar a análise, avaliação ou comparação dos documentos apresentados para melhor



apreciação.

22.5. As proponentes respondem pela fidelidade e legitimidade dos documentos apresentados nas diversas fases do processo referente à presente Chamada Pública.

22.6. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da publicação da homologação da Chamada Pública, a Administração providenciará a destruição dos envelopes e documentos que não tenham sido retirados pelas proponentes não habilitadas.

22.7. Na contagem de prazos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, observado o seguinte:

22.7.1. Serão sempre considerados dias consecutivos, exceto quando expressamente haja disposição em contrário.

22.7.2. Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente nas dependências do **MUNICÍPIO DE BIRIGUI**.

22.7.3. O mesmo princípio será aplicado para os casos de contagem regressiva de prazos, devendo ser considerado como horário limite o fim do expediente do dia imediatamente anterior ao do final dessa contagem.

22.8. Os autos da Chamada Pública são públicos, sendo também públicos todos os atos relativos ao procedimento, salvo quanto ao conteúdo dos envelopes até sua respectiva abertura.

22.8.1. Será franqueada vista dos autos a qualquer interessado sempre que os mesmos estiverem disponíveis para tanto no Departamento de Materiais.

22.8.2. Eventual pedido para extração de cópias somente será analisado quando a solicitação for efetuada por escrito, onde figure claramente o nome completo e endereço de seu formulador, devendo ser assinada pelo representante legal da empresa consulente e endereçada à Comissão, acompanhada de documentação comprobatória da representatividade, observado o artigo 63, da Lei Federal nº 8.666/93.

22.9. Os atos referentes a este processo poderão ser comunicados aos proponentes por qualquer tipo de comunicação que comprove o recebimento, ou ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município, Diário Oficial do Estado, Jornal Local e/ou Jornal de Grande Circulação, nos termos do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/93.

22.9.1. Fica constituído como obrigação das empresas participantes o acompanhamento das publicações contidas nos meios de comunicação supramencionados e no sítio oficial do **MUNICÍPIO DE BIRIGUI** (www.birigui.sp.gov.br).

22.9.2. Ressalvadas as decisões cuja publicação na imprensa oficial seja obrigatória, a critério da Comissão tais decisões poderão também ser divulgadas da seguinte forma:

a) nas sessões de abertura de envelopes.

b) por qualquer outro meio que permita a comprovação inequívoca do recebimento da comunicação pelas empresas participantes.

22.10. É de única e inteira responsabilidade das empresas participantes o correto e preciso fornecimento e atualização de seu endereço, telefone, fax, endereço eletrônico (e-mail) e demais códigos de acesso dos meios de comunicação à distância a serem utilizados pelo **MUNICÍPIO DE BIRIGUI** para contato. Sendo que esta não poderá ser responsabilizada por falta de comunicação por conta de fornecimento



de dados imprecisos ou falta de sua atualização.

22.11. Os casos omissos serão analisados e decididos pela Comissão, eventualmente ouvidos os órgãos técnicos e especializados, e, nessa situação, as decisões da Comissão serão apreciadas pela autoridade superior.

23. DOS REAJUSTES FINANCEIROS:

23.1. Por ser o valor contratual vinculado à Tabela de Preços do SUS - Sistema Único de Saúde, todo e qualquer reajustamento somente se dará no caso do Ministério da Saúde vier a alterar os valores de sua Tabela, passando a vigor o valor novo determinado pelo SUS, medida que implica desde já em aceitação tanto da Credenciada como da Municipalidade.

23.2. Tal alteração não implicará em aumento ou redução do valor da quota mensal em que a Credenciada terá direito.

24. DO FORO:

24.1. As partes elegem o foro da Comarca de Birigui-SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste Edital da **CHAMADA PÚBLICA N.º 09/2017**.

Birigui, 18 de outubro de 2017.

GILMAR TRECCO CAVACA
- SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE -

CRISTIANO SALMEIRÃO
- PREFEITO MUNICIPAL -